



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALPIARÇA REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2017 - Nº 4 - MANDATO 2017 – 2021

Aos quinze dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e dezassete, nesta Vila de Alpiarça, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Rua José Relvas, número trezentos e setenta e quatro, reuniu a Câmara Municipal de Alpiarça, eleita para o quadriénio 2017/2021, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Mário Fernando Atracado Pereira e com a presença dos Senhores Vereadores Sónia Isabel Fernandes Sanfona da Cruz Mendes, António da Conceição Moreira e João Pedro Costa Arraiolos. Verificou-se a ausência do Sr. Vereador Carlos Jorge Duarte Pereira, por razões pessoais. Secretariou a reunião, Ana Cristina Lima Ferreira, Assistente Técnica Administrativa, a exercer funções de secretária de apoio no Gabinete de Apoio à Presidência da Câmara, bem como secretária na Assembleia Municipal de Alpiarça.

A Ordem do Dia da Reunião de Câmara, antecipadamente remetida a todos os Vereadores, nos termos do Nº 2 do artigo 53º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei Nº 75/2013 de 12 de Setembro, é a seguinte:

Ponto 1 - Licença especial de ruído com inicio a 24/11/2017 e termo a 25/11/2017, das 19h às 02h, para um evento que se realizou no Largo da Feira - Pavilhão PCP.

Requerente: Paulo Sérgio Cavaca

Ratificação:

Ponto 2 - Alteração loteamento municipal - Gouxaria - Alpiarça (Lote nº 11)

Requerente: Nelson Semedo Carolino Conde Fanha

Deliberação:

Ponto 3 - Eficiência energética em iluminação pública no município de Alpiarça

Câmara Municipal de Alpiarça - Proposta Vereador Carlos Jorge Pereira - Dezembro 2017

Deliberação:

Ponto 4 - Concurso Público nº 05/2017/CCE - para celebração de acordo quadro para aquisição de refeições escolares - central de compras eletrónicas da CIMLT.- Informação dezembro n.º 5 , dezembro 2017.



Câmara Municipal de Alpiarça - Proposta Vereador João Pedro Arraiolos - Dezembro 2017

Deliberação:

Ponto 5 - Proposta das Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano económico de 2018.

Câmara Municipal de Alpiarça

Deliberação e remeter à Assembleia Municipal:

Ponto 6 - Proposta para autorização para a contratação de um empréstimo de curto prazo para o ano de 2018.

Câmara Municipal de Alpiarça - Proposta Sr. Presidente Câmara Municipal - Dezembro 2017

Deliberação e remeter à Assembleia Municipal:

Ponto 7 - Proposta de Nomeação dos Representantes do Município na Agroalpiarça, Produção Agrícola, Cooperativa de Interesse de Responsabilidade Limitada.

Câmara Municipal de Alpiarça

Deliberação:

A reunião foi aberta pelo Senhor Presidente da Câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, eram quinze horas e nove minutos, tendo tido lugar o período de Antes da Ordem do Dia:

ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes, distribuiu o resumo diário de tesouraria referente ao dia 14 de Dezembro de 2017, com um total de disponibilidades de 117.632,07€.

O Sr. Presidente sugere que sejam retiradas as atas nº 2 e 3 do mandato 2017/2021, para se efetuarem algumas alterações. Os vereadores concordaram.

De seguida transmite algumas informações à Câmara. Uma tem a ver com a inauguração da antiga Escola do Frade de Cima, que passou a ter funções de Capela daquele lugar. A inauguração aconteceu no passado dia 10 de Dezembro e contou com a presença do Sr. Bispo de Santarém, D.



José Traquina e do Pároco de Alpiarça. Esta ação decorre de um protocolo que foi estabelecido entre a Paróquia de Alpiarça e a Câmara Municipal, no sentido da recuperação do edifício e do espaço exterior e de o ceder à comunidade religiosa do Frade de Cima, em particular e a toda a comunidade em geral. Outra informação prende-se com a inauguração da nova USF, Unidade de Saúde Familiar, no Centro de Saúde de Alpiarça, com a presença do Sr. Presidente do Conselho Diretivo da ARS de Lisboa e Vale do Tejo, da Sra. Diretora Executiva do ACES da Lezíria e também com a presença do Sr. Bispo de Santarém, de autarcas do Concelho e dos funcionários do Centro de Saúde. Esta situação afirma-se como um grande salto qualitativo na prestação de cuidados de saúde primários, sendo, neste momento, dos poucos Concelhos da região que terá todo o universo de utentes abrangidos por médico de família. O Presidente lembra ainda que a Câmara tem contribuído, para além do que são as suas responsabilidades, na manutenção de cuidados médicos à população, nomeadamente através da assumpção de despesas com médicos de nacionalidade cubana e das obras de conservação do edifício do Centro de saúde, em parceria com a ARSLVT.

O Presidente da Câmara dá a palavra aos vereadores.

A Vereadora Sónia Sanfona começa por valorizar a inauguração da USF, no Centro de Saúde de Alpiarça, afirmando que aquela é fundamental para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Refere que é um dia importante para o nosso concelho, em termos de apoios de serviços de saúde. Questiona um acordo de pagamento que foi feito com uma das empresas com participação da Câmara (Ecolezíria) à qual existem dívidas por liquidar e se esse acordo está a ser cumprido pelo Município. Não estando, questiona o que poderá acontecer. De seguida faz referência a uma obra que está a ser feita à entrada de Alpiarça, próximo dos Bombeiros Municipais, na rua José Relvas e que tem uma parede bastante alta, que, a ficar assim ficará desenquadrada do local. Deverá na sua opinião, haver alguma exigência no sentido daquela parede levar algum elemento visual, arquitetónico de enquadramento urbanístico, como uma janela ou um beirado. Coloca uma questão sobre a iluminação LED relacionada com a candidatura do município à eficiência energética. Pretende saber se o município se vai candidatar apenas à iluminação pública ou se se candidata à iluminação mais eficiente nos edifícios públicos. Questiona também sobre a possível candidatura à reparação dos diques no concelho de Alpiarça, considerando que os concelhos vizinhos, Almeirim e Chamusca, irão avançar, questiona porque é que Alpiarça não avançou. Pretende ainda saber qual a situação do parque automóvel do município, porque a perceção que



tem é que este está bastante ultrapassado e se a Câmara tem algum plano para a sua recuperação. Pergunta quem tem autorização para conduzir as viaturas do município, uma vez que constatou que pessoas dos programas ocupacionais o fazem e quer saber se o podem fazer. Afirma que há um contentor do lixo que se encontra junto à Escola Abel Avelino, que é partilhado pela escola e pelos moradores. Acontece que os funcionários da escola despejam resíduos do refeitório sem estarem devidamente acondicionados em sacos, o que provoca cheiros desagradáveis. Acha que deve ser feito um apelo à escola para colocar os restos de comida do refeitório, devidamente acondicionados em sacos. Pergunta se já é possível obter uma listagem dos funcionários e das respetivas categorias profissionais. Faz referência a funcionários que não estão a prestar serviço ao município de acordo com a sua categoria profissional e que estes devem ser reenquadrados nessas categorias.

O Presidente dá a palavra ao Vereador António Moreira.

O Vereador António Moreira começa por mostrar a sua satisfação pelo facto do Centro de Saúde ter os médicos suficientes para a população de Alpiarça. Sobre a inauguração da Capela do Frade de Cima afirma que não recebeu convite para este evento. Constata que quando há uma obra nas estradas devem ser retirados os materiais sobrantes, o que não acontece nalguns casos. Sobre a EDP refere que aquando da passagem da tempestade “ANA” houve zonas da vila que ficaram sem eletricidade durante algumas horas, o que poderia ser evitável se a empresa substituísse os fios de baixa densidade e fizesse algumas alterações nos Pts. Pergunta se este ano o Concelho vai ter luzes de natal. Sobre o Jardim Municipal afirma que, em devido tempo alertou para o facto de não serem cumpridos os prazos de execução da obra. Como constata que esses prazos foram ultrapassados, pergunta quem pediu a prorrogação dos prazos, se a empresa ou se a Câmara e quem vai assumir os custos com essas alterações. Fala sobre luminárias com lâmpadas fundidas e que as mesmas devem ser reparadas.

O Presidente começa por responder às questões que foram colocadas. Sobre as dívidas de curto prazo às empresas com participação do município, afirma que há de facto um plano de pagamento com a Ecolézria que não tem sido totalmente cumprido, estando a Câmara a discutir com a empresa a melhor forma de honrar os compromissos, de modo a manter a capacidade de realização da autarquia, numa lógica de solidariedade entre as autarquias. O Presidente afirma que há outros municípios na mesma situação e o Concelho de Alpiarça, em 2011, aquando da



aprovação do PSF, liquidou todas as dívidas que existiam, quer à Ecolezíria, quer a outras empresas. Neste momento e devido ao serviço da dívida do município há maiores dificuldades, mas, assim que houver possibilidade será feito um novo acordo de pagamento. Em relação ao armazém que está a ser construído na rua José Relvas, o mesmo está licenciado, de acordo com os pareceres técnicos que instruíram o processo, realçando o facto de ser um edifício que está a ser recuperado. No entanto e para melhor esclarecimento da situação irá delegar no Gabinete Técnico as preocupações referidas. Sobre a iluminação pública esclarece que todas as luminárias do concelho serão substituídas pela tecnologia LED, na sequência do projeto que ainda hoje será presente para discussão e deliberação, nesta reunião de Câmara. Ficarão de fora os edifícios públicos, uma vez que não há verba disponível ao nível da contratualização. Poder-se-ia ter feito outras opções, que envolvessem alguns equipamentos municipais, mas isso significaria que não seria possível substituir toda a iluminação pública na área do Concelho. Em relação aos diques, o Presidente afirma que a responsabilidade da reparação e manutenção, não é da Administração Local. O próprio entendimento dos municípios e da ANMP é que as autarquias não se devem substituir ao estado, nas matérias que a este compete, com algumas exceções, em casos em que esteja em causa uma melhoria clara na prestação de serviços à população. Reforça que o estado já assumiu, através da APA, os custos totais com a reparação de alguns diques na região, dando o exemplo do dique de Valada, nos concelhos de Azambuja e Cartaxo e que o mesmo deverá acontecer nos restantes diques na área da nossa região. Sobre o parque automóvel reconhece que o mesmo é muito antigo e muito envelhecido, mas com algumas aquisições recentes, como é o caso de uma varredora para a limpeza urbana, veículos para transporte escolar, para os Bombeiros, recorrendo a formas de pagamento aceitáveis. Sobre a questão do lixo, afirma que não é uma questão de agora, mas que regista o facto e que se irá procurar sensibilizar as pessoas para melhor utilização dos equipamentos. Em relação ao requerimento solicitado da listagem de pessoal, o Vereador João Pedro Arraiolos prestará mais esclarecimentos, mas afirma que nos últimos 10 anos o Município perdeu cerca de um terço dos funcionários, principalmente em sectores operativos no exterior, como a limpeza urbana e outras áreas. Refere ainda que desde há oito anos a Câmara herdou uma outra situação que tem a ver com os funcionários da Escola EB 2,3 S de José Relvas e que, por vezes, para manter esse serviço com uma resposta positiva é necessário desviar pessoas doutros serviços, o que obriga a uma gestão mais cuidada, mas também mais difícil, dos recursos



humanos. Valoriza o facto de muitas vezes os trabalhadores da autarquia assumirem, de livre vontade, outras tarefas que não são as que lhe estão destinadas, numa lógica de polivalência, cada vez mais necessária, tendo em conta a redução de pessoal.

Sobre as questões colocadas pelo Vereador António Moreira, começa por esclarecer que não foi a Câmara que fez os convites para a inauguração da Capela do Frade de Cima. O Presidente foi convidado pelo Pároco de Alpiarça e não teve conhecimento de outros convites. Sobre os materiais sobrantes junto aos passeios, diz que muitas vezes são outras empresas que não a Câmara a fazerem algumas reparações na via pública, dando o exemplo da AR, de empresas do gás ou a EDP, e que depois não recolhem esses materiais atempadamente. Nestes casos o que a CMA faz é pressionar as respetivas empresas para procederem à limpeza dos passeios. Em relação ao Jardim Municipal, afirma que os custos adicionais não têm a ver com a prorrogação dos prazos, mas com alguns trabalhos a mais que não estavam previstos.

Tomou a palavra o Vereador João Pedro Arraiolos, que se referiu ao parque automóvel, reconhecendo que o mesmo apresenta uma idade avançada e que se vai procurar, a médio prazo, ir remodelando a frota. Em relação à autorização para conduzir veículos da autarquia, afirma que os trabalhadores que estão ao abrigo dos contratos de emprego/inserção, são, para todos os efeitos funcionários do município, tendo as mesmas responsabilidades que estes. A listagem dos funcionários da autarquia será disponibilizada, conforme solicitado. Em relação às luzes de natal, informa que foi contratado o serviço a uma empresa que não cumpriu os prazos estipulados e que acabou por não efetuar o serviço, não tendo sido possível contratar outra empresa, devido à proximidade da época e aos preços que foram pedidos, bastante acima do inicialmente estipulado e disponível.

O Presidente deu novamente a palavra aos Vereadores para esclarecimentos ou reforço das intervenções anteriores.

Tomou a palavra a Vereadora Sónia Sanfona para solicitar o projeto inicial da obra de remodelação do Jardim Municipal e pergunta se a Câmara tem alguma perspectiva de data para conclusão da obra. A Vereadora voltou a falar nos convites para a inauguração da Capela do Frade de Cima, entendendo que devia ter sido a Câmara a convidar os eleitos. Neste caso o Presidente é da opinião que essa iniciativa devia ter partido da Igreja, considerando que foi esta a organizar todo o evento. Ainda em relação aos recursos humanos, a Vereadora afirma saber que não é fácil gerir



peçoas, mas entende que devem fazer-se todos os esforços para um melhor aproveitamento dos funcionários, no cumprimento das suas incumbências. O Presidente concorda, em tese, com a opinião da Vereadora.

O Sr. Vereador António Moreira disse que, neste caso, trata-se de um protocolo entre a Câmara Municipal e a Igreja.

Terminado o período de antes da Ordem do Dia, foram apreciados os pontos constantes da Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:

ORDEM DO DIA:

Ponto 1 - Licença especial de ruído com início a 24/11/2017 e termo a 25/11/2017, das 19h às 02h, para um evento que se realizou no Largo da Feira - Pavilhão PCP.

Requerente: Paulo Sérgio Cavaca

Pede a palavra a Vereadora Sónia Sanfona para dizer que os Vereadores do PS vão abster-se neste ponto, considerando que se trata de uma ratificação e não de uma deliberação.

Ratificação:

Aprovada a ratificação, por maioria, com a abstenção dos Vereadores do PS.

Ponto 2 - Alteração loteamento municipal - Gouxaria - Alpiarça (Lote nº 11)

Requerente: Nelson Semedo Carolino Conde Fanha

O Presidente presta esclarecimento sobre a matéria, informando que foram cumpridos todos os procedimentos legais. O Vereador António Moreira pede para retificar o nome do Requerente. Assim em vez de “Franha” deverá ler-se “Fanha”.

Deliberação:

Foi aprovado por unanimidade, de acordo com as informações técnicas.

Ponto 3 - Eficiência energética em iluminação pública no município de Alpiarça

Câmara Municipal de Alpiarça - Proposta Vereador Carlos Jorge Pereira - Dezembro 2017

O Presidente afirma que se trata da Câmara autorizar a submissão da candidatura para a eficiência energética, que deverá ser apresentada ao POR Alentejo e que pretende proporcionar uma maior poupança na energia.



A Vereadora Sónia Sanfona está de acordo com esta candidatura e reforça também que concorda com a opção da Câmara de dar prioridade à iluminação pública, considerando que não é possível enquadrar a eficiência energética em edifícios públicos.

Deliberação:

Foi aprovado por unanimidade.

Ponto 4 - Concurso Público nº 05/2017/CCE - para celebração de acordo quadro para aquisição de refeições escolares - central de compras eletrónicas da CIMLT.- Informação dezembro n.º5, dezembro 2017.

Câmara Municipal de Alpiarça - Proposta Vereador João Pedro Arraiolos - Dezembro 2017

O Senhor Vereador João Pedro Arraiolos prestou esclarecimentos sobre este ponto. Informou que a proposta vai no sentido da Câmara deliberar concordar com a abertura do concurso público, conforme o disposto na presente informação. A Senhora Vereadora Sónia Sanfona diz que a intenção dos Vereadores do PS é votar a favor desta proposta, no seguimento do que tem sido o seu entendimento sobre os procedimentos concursais através da Central de Compras da CIMLT, considerando que estes são mais favoráveis do que lançar concursos pontuais. No entanto a Senhora Vereadora refere algumas questões que já aqui falou, nomeadamente sobre a quantidade e a qualidade das refeições escolares. É da opinião que a alimentação é um dos fatores principais para o sucesso escolar, a par de outras condições, como a qualidade do corpo docente, as condições físicas da escola bem como um conjunto de outros fatores. Refere que há municípios que formaram comissões que integram grupos com profissionais de várias áreas e que fazem o acompanhamento do sucesso escolar que as escolas vão apresentando. Sugere que a Câmara considere a formação de uma comissão, que integre um representante do município, um representante da escola, um representante dos pais e um nutricionista ou um engenheiro alimentar. Esta comissão terá como objetivo fazer o acompanhamento da qualidade prestada pelo serviço da empresa e produzir, em períodos que se considerem úteis, um relatório sobre o que forem verificando e que possam servir para a Câmara ter argumentos junto da própria empresa, caso haja necessidade de fazer uma reclamação relativamente à qualidade do serviço. Refere ainda que nas reuniões de pais em que participou, a perceção que tem, considerando as opiniões de alguns pais, é que as refeições poderiam ter melhor qualidade. A sua proposta vai no sentido de a



Câmara agir, se for caso disso, verificando se o que se diz corresponde ou não à verdade.

O Senhor Presidente diz que, informalmente, esta comissão já existe, considerando que há um grupo que, com regularidade, vai almoçar com os alunos. Este acompanhamento é feito com os técnicos da Acção Social e do Gabinete de Educação, que diariamente verificam a qualidade e a quantidade da alimentação, junto da comunidade escolar e da própria empresa. A percepção que tem, embora em reuniões do Conselho Consultivo da Associação de Pais, onde por vezes surge esta questão, é que a qualidade e a quantidade das refeições são bastante aceitáveis. Refere que as funcionárias, ao serviço da empresa mas sendo de Alpiarça, acompanham os alunos durante a refeição, ajudando-os se for caso disso e incentivando-os a comer a refeição de forma correta. Afirma também que a Câmara Municipal, a exemplo de outras autarquias, publica regularmente fotos no seu site, dos tabuleiros com a refeição completa servida nas escolas, bem como as fichas técnicas da alimentação que é servida aos alunos. Refere também que no passado houve problemas de disciplina durante as refeições, com a cantina da responsabilidade direta da Câmara e houve necessidade de criar um grupo de trabalho, com a própria escola, através do Gabinete de apoio ao aluno, com a autarquia e com a participação de pais, para disciplinar todo o processo relacionado com as refeições.

Ainda sobre esta matéria o Senhor Presidente diz que há pessoas que pensam que as refeições servidas nas nossas escolas são confeccionadas fora do concelho, o que não corresponde à verdade, uma vez que elas são confeccionadas na cantina da Escola EB1/JI de Alpiarça e imediatamente distribuídas para as outras escolas. Considera que a questão da alimentação das escolas é uma questão sensível, transversal a todos os municípios, ao ponto de ser muitas vezes discutida no próprio Conselho Intermunicipal da CIMLT, mas acha que há um conjunto de ideias feitas que não correspondem à realidade, considerando que a qualidade da alimentação nas escolas é bastante aceitável. Afirma que por vezes há dúvidas em relação à responsabilidade da alimentação em todas as escolas do concelho e esclarece que na cantina da Escola EB 2,3S esta é da responsabilidade da DGEST e não da Câmara Municipal.

Deliberação:

Aprovado por unanimidade, conforme informação presente em reunião.



Ponto 5 - Proposta das Grandes Opções do Plano e Proposta de Orçamento para o ano económico de 2018.

Câmara Municipal de Alpiarça

O Senhor Presidente, depois de fazer umas pequenas correções no texto das GOPs., deu a palavra ao Vereador João Pedro Arraiolos para apresentar os documentos em discussão. O Senhor Vereador começou por afirmar que os documentos foram elaborados de acordo com as regras definidas para os municípios. Disse que os documentos têm um grande contributo por parte dos serviços, e, para além do seu conteúdo político tem também um outro vincadamente técnico. O valor do orçamento é ligeiramente superior ao do ano passado, sendo o aumento pouco significativo. As despesas correntes apresentam um valor na ordem dos setenta por cento do orçamento e as despesas de capital cerca de trinta por cento. Tem ainda um valor muito significativo no que diz respeito à amortização de empréstimos. Em termos de orçamento e das suas linhas mestras tem um conjunto de investimentos principais que estão previstos, como a conclusão da remodelação Jardim Municipal e reabilitação e adaptação do mercado municipal e outros investimentos que estão dependentes de aprovação, como a construção dos balneários do Estádio Municipal, previsto para iniciar no princípio do ano. Refere mais um conjunto de candidaturas, algumas num estado de maior maturação, outras que aguardam aprovação, bem como outros aspetos e algumas intenções de concretização de pequenos projetos em várias áreas, como a saúde, a educação, a cultura, a ação social, o desporto, as feiras e certames, etc. Reitera que os documentos foram construídos com o apoio dos serviços e com o contributo do MUDA Alpiarça, que apresentou algumas propostas assentes em três linhas, nomeadamente a requalificação e a reformulação da Zona Industrial de Alpiarça, o plano integrado para o desenvolvimento turístico de Alpiarça e melhorias a introduzir nos procedimentos de recolha de resíduos sólidos e urbanos. Sobre a segunda proposta, o Senhor Vereador considerou que se trata de uma área que a autarquia tem vindo a desenvolver, já foi discutida publicamente e está em fase próxima de conclusão e que teve a aceitação do Executivo. Nas restantes áreas, as propostas serão acolhidas como um conjunto de sugestões às quais será dada a devida atenção.

O Senhor Presidente dá a palavra aos Vereadores.

A Senhora Vereadora Sónia Sanfona começa por valorizar o fato do Executivo ter disponibilizado, conforme solicitado, as principais linhas do orçamento, de forma atempada. Entende que o



documento Grandes Opções do Plano deve apontar um conjunto de linhas de desenvolvimento estratégico do município. No seu entender não vê um rumo estratégico nas GOPs, nem caminhos, que, não se esgotando num ano de mandato, apontem para o futuro, a médio e longo prazo. Acha que não há uma conjugação entre o que são os objetivos das Grandes Opções do Plano que depois não têm uma tradução no orçamento. Tece de seguida um conjunto de considerações sobre valores dos dois documentos, dando alguns exemplos das despesas em determinadas rubricas. Questiona uma rubrica, que é recorrente, no valor de dez mil euros, afeta a habitação/legados, bem como valores na área da Ação Social e noutras. Refere que existe uma desconexão entre as Gops e a sua tradução orçamental, dando alguns exemplos. Começa por referir a valorização turística e ambiental da Reserva do Cavalo do Sorraia e da Albufeira dos Patudos, inscritas nas Grandes Opções, mas, dá exemplo da valorização turística da Albufeira dos Patudos, que tem uma tradução orçamental de apenas dez mil euros. Pergunta a que se destinam esses dez mil euros e de que forma se vai valorizar a Albufeira dos Patudos com aquele valor. Na recuperação ambiental da Albufeira estão destinados mais dez mil euros e afirma que se isso se faz com esse valor ficam todos satisfeitos. Refere mais um conjunto de objetivos e projetos inscritos nas GOPs, que, na sua opinião, não têm a necessária correspondência financeira no orçamento. Fala no nível de envolvimento que o município tem com o trabalho das associações e coletividades, que na sua opinião, não é verificado convenientemente, e questiona a política de subsídios do executivo nesta área. A Senhora Vereadora Sónia Sanfona continua a sua intervenção falando nos terrenos da Zona Industrial, incidindo naqueles cujos proprietários não estão a cumprir com o regulamento da ZI. Nesta matéria é da opinião que, ou os proprietários devem iniciar atividade e cumprir o regulamento da ZI ou a Câmara deve iniciar o processo de reversão dos lotes, considerando que o importante é o desenvolvimento e o crescimento da ZI. Faz algumas considerações sobre rubricas do orçamento, como a iluminação pública e certificação energética, rede viária, Festival do Melão e o registo da marca melão de Alpiarça, Alpiagra, turismo e promoção turística do Concelho e pede esclarecimentos sobre algumas verbas inscritas naquele documento. Termina afirmando que não encontra nos documentos um plano estratégico para o desenvolvimento turístico ou para a recuperação ambiental do concelho, considerando o tema pouco desenvolvido e claro, ao contrário de outras áreas que se encontram pormenorizadamente descritas. Afirma que não há nos documentos uma verdadeira política de juventude e propõe a criação do Conselho Municipal



de Juventude, que decorre da lei, mas que considera fundamental para trabalhar em projetos direcionados para os jovens. Fala ainda sobre a proposta de reabilitação do antigo edifício da Câmara Municipal que, na sua opinião deve ser reabilitado ao abrigo de uma candidatura a fundos comunitários para a reabilitação urbana e destinado a um conjunto de serviços, desde Associações, gabinetes de empresas, etc. e, na sua opinião, o posto da GNR devia ser construído de raiz, através de uma candidatura própria. Considera que o edifício da Câmara antiga não tem condições para comportar o quartel da GNR, tendo em conta as atuais exigências. Propõe ainda a criação do CEA, Centro de Educação Ambiental da Albufeira dos Patudos e uma escola da natureza, a criação de uma agenda anual de eventos, a elaboração de um plano educativo municipal, dar início a um Centro de Interpretação da História de Alpiarça, iniciar o processo para a criação da Reserva Natural do Paul da Goux, elaborar a Carta Social do Município.

O Senhor Presidente da Câmara responde às questões colocadas. Sobre o Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Concelho, diz que este é um plano que foi iniciado em articulação com a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo e que passa por uma adjudicação do trabalho à Escola Superior de Hotelaria do Estoril, sendo um processo que está em andamento. Em relação à certificação do melão Manuel António, afirma que está a decorrer e que esta variedade já está inscrita no Catálogo Nacional de Variedades. Sobre o melão de Alpiarça, ainda não está registada a marca, mas esta já tem sido utilizada como “Alpiarça, Terra de Melão”. Sobre o Estádio Municipal informa que a escritura já foi feita, procurando-se agora formas de co-financiamento para a obra, nomeadamente através de fundos nacionais. O Conselho Municipal de Juventude não está criado, sendo seu entendimento que estas estruturas são demasiado politizadas, são uma réplica da discussão política local, mas irá ser avaliado se fará sentido a sua criação. Sobre o antigo edifício da Câmara e quartel da GNR, entende que o objetivo será a sua reabilitação e que este era também o entendimento do PS no seu último ano de mandato. Esta será a intenção da própria GNR e que a obra deverá ser feita em articulação com a Câmara Municipal, sendo que, parte do edifício poderia ficar disponível para outras atividades que não apenas para as forças de segurança e é neste sentido que a Câmara tem estado a trabalhar. Sobre a construção de um novo quartel para a GNR, de raiz, acha que não é da responsabilidade da autarquia, mas sim do poder central.

Toma a palavra o Senhor Vereador João Pedro Arraiolos para dizer que todos os projetos que estão



com valores definidos e que são co-financiados por fundos comunitários têm o valor correspondente do lado da despesa e do lado da receita estão definidos, em termos orçamentais, os valores a receber. Informa que todos os projetos que não estão ainda aprovados, mas que têm possibilidade de avançar ainda este ano e dá o exemplo do projeto de valorização turística da Albufeira dos Patudos, têm no capítulo da despesa uma verba residual que depois, em caso de aprovação dos projetos, poderá ser reforçada e terá a respetiva dotação, quer no capítulo da receita, quer no capítulo da despesa. Em relação à área social fala nos projetos “Alpiarça solidária”, “Mão Amiga”, Ajuda alimentar e outros e nas vantagens destes para os municípios, sobretudo para os mais carenciados. Sobre as obras de manutenção nos prédios dos legados, afirma que estes exigem reparações frequentes. Quanto à questão dos apoios às Associações e Coletividades de cultura e desporto, esta é uma opção do Executivo e diz que essas Associações e Coletividades são parceiros importantíssimos na dinâmica desportiva, cultural e social do concelho e que sem uma boa articulação, entre estas e o município dificilmente se poderiam concretizar um conjunto de atividades, contribuindo também para promover um intercâmbio e o convívio entre as pessoas e desta forma proporcionar uma atividade mais dinâmica do concelho. Sobre a eficiência energética esclarece que o projeto engloba apenas os edifícios públicos e a iluminação pública e que a rubrica da certificação energética faz parte de um acordo quadro assinado com a CIMLT, que foi desenvolvido no sentido do cumprimento da lei que determina que deve haver certificação energética em todos os edifícios públicos até final de 2019.

Deliberação e remeter à Assembleia Municipal:

Aprovado por maioria, com o voto de qualidade do Senhor Presidente da Câmara, com os votos contra dos Senhores Vereadores do PS. Remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 6 - Proposta para autorização para a contratação de um empréstimo de curto prazo para o ano de 2018.

Câmara Municipal de Alpiarça - Proposta Sr. Presidente Câmara Municipal - Dezembro 2017

O Senhor Vereador João Pedro Arraiolos diz que esta proposta está integrada no âmbito da legislação em vigor, que permite às autarquias recorrer a empréstimos de curto prazo, cuja proposta deverá acompanhar o orçamento municipal. A proposta, com o montante máximo até novecentos mil euros, é acompanhada de informação detalhada sobre as propostas apresentadas



por três instituições de crédito, sendo as mais vantajosas para o município a do Banco Santander, no valor de trezentos mil euros e a da CGD, no montante de seiscentos mil euros.

A Senhora Vereadora Sónia Sanfona afirma que, segundo o último relatório do PSF, não foi cumprido o prazo de pagamento do anterior empréstimo de curto prazo, que deveria ter sido pago até trinta e um de dezembro, e, como não foi, pergunta quais as consequências desse incumprimento. Regista o aumento sistemático do valor dos empréstimos, de ano para ano, e que, se a situação financeira da Câmara tem vindo a melhorar, como é dito muitas vezes, o valor do empréstimo devia diminuir. Discorda ainda da argumentação para a contração do empréstimo, referida na proposta, considerando que a situação económica do país tem vindo a melhorar, ao contrário do que é referido no texto que suporta esta proposta.

O Senhor Presidente da Câmara faz uma proposta de alteração ao ponto um, que passa a ter a seguinte redação: “ O estado calamitoso das finanças municipais registado no final do exercício de 2009, ou seja, o legado que o anterior executivo do PS deixou ao novo executiva da CDU, provoca profundos desequilíbrios de tesouraria, traduzindo na prática o efeito do pagamento de cerca de quatro mil euros por dia, cento e vinte mil euros por mês e cerca de um milhão e trezentos mil euros por ano”.

A Senhora Vereadora Sónia Sanfona tece algumas considerações sobre a alteração do ponto um da proposta, afirmando que o Sr. Presidente não se coíbe de trazer um argumento relativamente ao estado das finanças em 2009, para justificar a contração de um empréstimo de curto prazo, em 2018. Requer à Câmara que seja fornecido informação sobre quais os empréstimos contraídos pelo anterior executivo do PS, que não cumpriram as regras e os condicionalismos legais para o efeito, designadamente o visto do Tribunal de Contas, quantos ficaram desertos em termos de propostas de entidades bancárias, e em quantos existiram propostas de montantes parciais.

O Senhor Presidente afirma que, efetivamente, a dívida existia e que logo em 2010 a Câmara foi confrontada com o corte das transferências do orçamento de estado, por incumprimento dos limites de endividamento, relativos ao ano de 2008 e de 2009.

A Senhora Vereadora Sónia Sanfona refere que falta o anexo dois da proposta.

Foi feito um pequeno intervalo e entregue aos senhores Vereadores o anexo dois, documento que estava em falta e que é parte integrante da proposta.

Deliberação e remeter à Assembleia Municipal:



Aprovado por maioria, com o voto de qualidade do Senhor Presidente da Câmara, com os votos contra dos Senhores Vereadores do PS. Remeter à Assembleia Municipal.

Ponto 7 - Proposta de Nomeação dos Representantes do Município na Agroalpiarça, Produção Agrícola, Cooperativa de Interesse de Responsabilidade Limitada.

Câmara Municipal de Alpiarça

Deliberação:

Deliberado retirar este ponto da ordem de trabalhos

PERÍODO DO PÚBLICO

Não houve intervenções do público.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente, eram dezoito horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, para efeitos de execução imediata foi aprovada, em minuta por unanimidade com todos os efeitos legais a partir desta data. E eu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, a exercer funções de Secretário no Gabinete de apoio à Presidência, a redigi e assino.